



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - POLEDUC

Plano Plurianual de Acessibilidade (2028–2032):
uma proposta elaborada para a Universidade Federal do Ceará (UFC)

Assunto: Produto técnico oriundo dos resultados da dissertação “Inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal do Ceará (UFC): análise dos planos de desenvolvimento institucional à luz da legislação brasileira” pertencente ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e gestão da Educação Superior.

ALUNA: ADRIANA MARIA DE SOUSA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. TANIA VICENTE VIANA

COORIENTADORA: PROFA. DRA. ROBÉRIA VIEIRA BARRETO GOMES

FORTALEZA

2025

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA.....	6
3 OBJETIVOS DO PRODUTO.....	6
4 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	6
5 PROPOSTA DE ATIVIDADES.....	8
6 IMPACTOS ESPERADOS	10
7 CONCLUSÃO	11
REFERÊNCIAS	12

RESUMO

Este produto técnico apresenta o Plano Plurianual de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará (2028–2032), elaborado com a finalidade de subsidiar o planejamento institucional e fortalecer a implementação de políticas de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. O plano tem como base um diagnóstico institucional construído a partir da análise de conteúdo dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) da UFC, no período de 2007 a 2025, articulado ao arcabouço legal brasileiro referente à educação inclusiva. O diagnóstico evidenciou lacunas estruturantes relacionadas à fragilidade da governança da inclusão, à ausência de diretrizes institucionais de acessibilidade curricular e à insuficiência de formação docente continuada em educação inclusiva. Diante desse cenário, o plano propõe ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da governança institucional, à institucionalização da acessibilidade curricular e à consolidação de processos formativos permanentes, em consonância com o modelo social da deficiência e com as normativas vigentes. As ações foram organizadas por meio de uma matriz de planejamento do tipo 5W2H, que explicita, para cada iniciativa, o que será realizado, sua justificativa, os responsáveis, o período de execução, os espaços institucionais envolvidos, os procedimentos operacionais e a estimativa de recursos necessários. O Plano Plurianual de Acessibilidade da UFC (2028–2032) configura-se, assim, como um instrumento técnico-operacional orientado à superação de abordagens fragmentadas e à consolidação de uma política de inclusão transversal, integrada e sustentável. Espera-se que o plano contribua para o fortalecimento da capacidade institucional da UFC de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação plena de estudantes com deficiência, reafirmando o compromisso da universidade pública com a equidade e a justiça educacional.

1 INTRODUÇÃO

A promoção da acessibilidade e da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior constitui, na atualidade, um imperativo legal, ético e institucional. No Brasil, esse compromisso vem sendo progressivamente consolidado por meio de um conjunto articulado de marcos legais e normativos que reconhecem a educação inclusiva como direito humano fundamental e como responsabilidade permanente do Estado, em todos os níveis e modalidades de ensino. Destacam-se, nesse percurso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), internalizada no ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (Brasil, 2009), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015), também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), e, mais recentemente, o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025 (Brasil, 2025), que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.

Esses dispositivos deslocam a compreensão da deficiência de uma perspectiva biomédica e individualizante para o modelo social, segundo o qual a deficiência resulta da interação entre impedimentos funcionais e barreiras físicas, comunicacionais, informacionais, pedagógicas, digitais e atitudinais impostas pelo meio (Diniz, 2007; Sasaki, 2005). Nesse paradigma, a acessibilidade deixa de ser compreendida como ação compensatória ou serviço especializado restrito e passa a configurar-se como princípio transversal de planejamento, gestão e avaliação das políticas públicas educacionais.

No âmbito das instituições federais de ensino superior, tais diretrizes impõem a necessidade de incorporar a acessibilidade de forma sistêmica aos instrumentos de planejamento institucional, especialmente ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O PDI assume, nesse contexto, papel estratégico ao traduzir os comandos legais e as políticas públicas em diretrizes, metas, ações e mecanismos de monitoramento capazes de orientar a atuação institucional no médio e longo prazo.

A análise dos PDIs da UFC, no período de 2007 a 2025, evidencia avanços importantes na incorporação da temática da inclusão e da acessibilidade, sobretudo a partir do PDI 2018–2022 e de forma mais consistente no PDI 2023–2027. Observa-se a ampliação do escopo da acessibilidade, que passa a contemplar dimensões arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, pedagógicas e digitais, bem como o fortalecimento de estruturas institucionais como a Secretaria de

Acessibilidade – UFC Inlui. Esses movimentos revelam alinhamento progressivo ao marco legal e às políticas públicas nacionais voltadas à educação inclusiva.

Entretanto, os resultados da pesquisa também indicam que esse alinhamento ainda se apresenta de forma parcial e desigual. Persistem lacunas relacionadas à fragilidade da governança da inclusão, à ausência de metas operacionais claramente definidas, à insuficiência de indicadores de monitoramento, à carência de diretrizes institucionais de acessibilidade curricular e à limitada integração entre planejamento, execução e avaliação das ações. Ademais, barreiras atitudinais, limitações na formação continuada de docentes e técnicos e a inexistência de sistemas integrados de dados sobre estudantes com deficiência dificultam a consolidação de uma política institucional plenamente efetiva, conforme apontam estudos recentes sobre o planejamento universitário e a inclusão no ensino superior (Costa; Pieczkowski, 2020; Carneiro; Molina, 2023; Gomes, 2023).

Nesse cenário, o Decreto nº 12.686/2025 introduz novos desafios e responsabilidades às instituições de ensino superior ao reafirmar a educação especial inclusiva como política transversal e ao exigir planejamento intersetorial, suporte contínuo, formação de profissionais, monitoramento e produção sistemática de recursos acessíveis. A norma reforça que a garantia do direito à educação de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação demanda ações estruturadas, sustentáveis e avaliáveis ao longo de todo o percurso acadêmico.

É nesse contexto que se insere o Plano Plurianual de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará (2028–2032). O presente plano constitui um instrumento técnico de apoio à gestão institucional, elaborado com base em diagnóstico documental, análise normativa e evidências empíricas produzidas no âmbito da pesquisa acadêmica que o fundamenta. Seu objetivo é orientar, de forma integrada e prospectiva, a implementação de ações de acessibilidade na UFC, articulando infraestrutura, políticas acadêmicas, tecnologias assistivas, acessibilidade digital, formação de profissionais, acompanhamento pedagógico e governança institucional.

Ao propor metas, ações, responsáveis, prazos e indicadores de monitoramento, o Plano Plurianual de Acessibilidade busca contribuir para a superação de abordagens fragmentadas e para a consolidação de uma política institucional capaz de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação plena e o êxito acadêmico de estudantes com deficiência. Trata-se, portanto, de um instrumento alinhado às exigências legais vigentes, às diretrizes do planejamento institucional da UFC e aos princípios da equidade, da justiça social e da democratização do ensino superior.

2 PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA

O Plano Plurianual de Acessibilidade tem como público-alvo prioritário os gestores institucionais da UFC, a Secretaria de Acessibilidade - UFC Inclui, as pró-reitorias, as unidades acadêmicas e administrativas, docentes, técnicos administrativos e, de forma central, os estudantes com deficiência.

3 OBJETIVOS DO PRODUTO

O objetivo geral consiste em instituir um instrumento de planejamento plurianual que oriente e sistematize as ações de acessibilidade e inclusão na UFC.

Os objetivos específicos são:

- a) fortalecer a governança institucional da acessibilidade;
- b) integrar ações físicas, pedagógicas, informacionais e digitais;
- c) estabelecer metas, indicadores e mecanismos de monitoramento;
- d) subsidiar a elaboração do próximo PDI da UFC.

4 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

O diagnóstico que fundamenta a elaboração do Plano Plurianual de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará (2028–2032) decorre da análise de conteúdo dos Planos de Desenvolvimento Institucional da UFC, referentes ao período de 2007 a 2025, articulada ao exame do marco legal brasileiro sobre inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a UFC avançou de forma progressiva na incorporação das diretrizes legais relativas à acessibilidade e à inclusão, sobretudo a partir do PDI 2018–2022, com consolidação no PDI vigente. No entanto, tais avanços se concentram, predominantemente, no plano normativo e declaratório, revelando limitações estruturais que comprometem a efetividade das políticas institucionais no cotidiano acadêmico.

De modo geral, o diagnóstico aponta que a acessibilidade ainda não se encontra plenamente consolidada como princípio transversal do planejamento, da gestão e das práticas acadêmicas da

universidade. Embora exista uma estrutura institucional dedicada à temática, representada pela Secretaria de Acessibilidade – UFC Inlui, observa-se a concentração das responsabilidades em setores específicos, sem articulação sistemática com as unidades acadêmicas, administrativas e decisórias da instituição.

Outro aspecto crítico refere-se à ausência de um planejamento integrado da acessibilidade. As ações relacionadas à infraestrutura física, à acessibilidade informacional e comunicacional, à tecnologia assistiva, à acessibilidade digital e à acessibilidade pedagógica aparecem, nos documentos analisados, de forma fragmentada, sem um instrumento institucional capaz de organizar prioridades, definir responsabilidades, estabelecer cronogramas e orientar investimentos de médio e longo prazo.

O diagnóstico também evidencia lacunas significativas no campo da formação profissional. A UFC não dispõe, até o momento, de um programa institucional permanente de formação docente e técnico-administrativa em educação inclusiva. Como consequência, práticas pedagógicas acessíveis e adaptações curriculares dependem, em grande medida, de iniciativas individuais, gerando assimetrias entre cursos, unidades acadêmicas e áreas do conhecimento.

As barreiras atitudinais configuram outro eixo problemático relevante. Persistem resistências à flexibilização curricular, às adaptações avaliativas e à compreensão da inclusão como responsabilidade institucional coletiva. Esses elementos indicam que a transformação cultural necessária à consolidação do modelo social da deficiência ainda se encontra em processo, exigindo ações sistemáticas de sensibilização e mudança organizacional.

Por fim, destaca-se a inexistência de sistemas integrados de dados que permitam acompanhar, de forma contínua e estruturada, as trajetórias acadêmicas de estudantes com deficiência. A ausência de informações sistematizadas sobre acesso, permanência, evasão e conclusão limita a tomada de decisões baseadas em evidências e fragiliza o monitoramento das políticas implementadas.

Diante desse conjunto de problemas, o Plano Plurianual de Acessibilidade foi concebido como resposta estratégica às lacunas identificadas, estruturando ações integradas, monitoráveis e alinhadas ao marco legal e às diretrizes institucionais da UFC. As ações propostas são detalhadas a seguir por meio da matriz 5W2H, que explicita o vínculo entre diagnóstico, planejamento e intervenção.

5 PROPOSTA DE ATIVIDADES

A proposta de atividades apresentada neste Plano Plurianual de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará (2028–2032) foi estruturada a partir do diagnóstico institucional desenvolvido nesta pesquisa, o qual evidenciou lacunas relacionadas à governança da inclusão, à fragmentação das ações de acessibilidade, à insuficiência de formação profissional, à persistência de barreiras atitudinais e à ausência de sistemas integrados de monitoramento das trajetórias acadêmicas de estudantes com deficiência. Esses achados confirmam que, embora haja avanços normativos e institucionais, a efetivação da inclusão ainda enfrenta limitações de natureza estrutural, organizacional e cultural.

Diante desse cenário, as atividades propostas têm como finalidade central converter diretrizes legais e institucionais em ações concretas, articuladas e passíveis de monitoramento, capazes de promover a acessibilidade de forma transversal nos processos de planejamento, gestão e prática acadêmica da UFC. Busca-se, assim, superar abordagens pontuais ou reativas, frequentemente associadas ao atendimento de demandas emergenciais, adotando uma lógica de planejamento estratégico, coerente com os princípios da educação inclusiva e com as exigências contemporâneas da gestão pública orientada a resultados (Teixeira, 2002; Moore, 2014).

As atividades foram organizadas de modo a contemplar as diferentes dimensões da acessibilidade — arquitetônica, comunicacional, informacional, digital, pedagógica e atitudinal — e a envolver múltiplos atores institucionais, incluindo a Reitoria, as Pró-Reitorias, as unidades acadêmicas e administrativas, a Secretaria de Acessibilidade (UFC Inclui) e os setores responsáveis pela infraestrutura e pela tecnologia da informação. Essa concepção está alinhada ao entendimento de que a inclusão, no paradigma do modelo social da deficiência, constitui uma responsabilidade institucional compartilhada, não podendo ser atribuída a um único setor ou política isolada (Diniz, 2007; Sassaki, 2005; Mantoan, 2003).

Com o objetivo de assegurar clareza operacional, transparência e viabilidade de implementação, as atividades foram sistematizadas por meio de uma matriz de planejamento do tipo 5W2H. Essa ferramenta de gestão é amplamente utilizada em processos de planejamento e organização de ações no setor público e educacional, por permitir a descrição objetiva e integrada das intervenções propostas (SEBRAE, 2018). O modelo estrutura cada ação a partir de sete dimensões fundamentais: *What* (o que será feito), *Why* (por que a ação é necessária), *Who* (quem é

responsável pela execução), *When* (quando será realizada), *Where* (onde será implementada), *How* (como será executada) e *How much* (quais recursos financeiros ou materiais serão necessários).

A utilização da matriz 5W2H possibilita explicitar o vínculo direto entre os problemas identificados no diagnóstico e as ações propostas, além de favorecer o acompanhamento sistemático, a avaliação dos resultados e a prestação de contas ao longo do período de vigência do plano. Nessa perspectiva, o quadro-síntese apresentado não se configura apenas como um instrumento de organização das atividades, mas como um mecanismo de gestão da política institucional de acessibilidade, orientado à efetividade e à sustentabilidade das ações.

As atividades propostas estão distribuídas ao longo do período de 2028 a 2032, respeitando a lógica de médio prazo do planejamento plurianual e possibilitando a implementação gradual das ações, de acordo com as prioridades institucionais e a disponibilidade de recursos humanos, financeiros e tecnológicos. O caráter progressivo do plano busca garantir continuidade às iniciativas e reduzir o risco de desarticulação ou descontinuidade das políticas de inclusão, aspecto frequentemente apontado como fragilidade nos processos de planejamento institucional.

Dessa forma, a proposta de atividades apresentada neste plano, sistematizada no Quadro 1, constitui um instrumento técnico-operacional voltado a apoiar a UFC na consolidação de uma política de acessibilidade integrada, alinhada ao marco legal brasileiro, às diretrizes institucionais e às demandas concretas da comunidade universitária, contribuindo para a promoção do acesso, da permanência e da participação plena de estudantes com deficiência no ensino superior.

Quadro 1 - Matriz de ações no modelo 5W2H

Diagnóstico (Problema)	What (O quê)	Why (Por quê)	Who (Quem)	When (Quando)	Where (Onde)	How (Como)	How much (Quanto)
Fragilidade da governança da inclusão	Institucionalizar eixo estratégico de inclusão no PDI	Garantir planejamento, monitoramento e responsabilização	Reitoria, PROPLAD UFC Inclui	2028–2032	Gestão central e unidades acadêmicas	Definição de metas, indicadores e relatórios anuais	Recursos orçamentários institucionais
Ausência de diretrizes de acessibilidade curricular	Elaborar Política Institucional de Acessibilidade Curricular	Padronizar práticas pedagógicas inclusivas	PROGRAD, PROPG UFC Inclui	2028–2029	Cursos de graduação e pós-graduação	Grupo de trabalho + normatização interna	Custos administrativos internos
Formação docente insuficiente	Implantar Programa Permanente de Formação Docente em Educação Inclusiva	Superar barreiras atitudinais e pedagógicas	PROGRAD, PRPPG, UFC Inclui	2028–2032	Ambientes presenciais e virtuais	Trilhas formativas, cursos e certificações	Recursos do orçamento e parcerias

Fonte: elaborado pela autora.

6 IMPACTOS ESPERADOS

A implementação do Plano Plurianual de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará (2028–2032) tem como resultados esperados o fortalecimento de três eixos centrais identificados no diagnóstico institucional e operacionalizados por meio da matriz de ações: a governança da inclusão, a institucionalização da acessibilidade curricular e a formação docente continuada em educação inclusiva.

No que se refere à governança da inclusão, espera-se a consolidação de uma estrutura institucional mais clara, integrada e responsiva, capaz de articular as ações de acessibilidade às instâncias de planejamento, gestão e avaliação da universidade. A definição de responsabilidades, fluxos decisórios, metas e indicadores tende a reduzir a fragmentação das iniciativas e a dependência excessiva de setores específicos, contribuindo para que a inclusão deixe de ser tratada como ação pontual e passe a integrar o núcleo estratégico do planejamento institucional.

Quanto à acessibilidade curricular, o plano busca promover a institucionalização de diretrizes formais que orientem práticas pedagógicas inclusivas em todas as unidades acadêmicas. Espera-se que a elaboração e a adoção dessas diretrizes favoreçam maior coerência entre o marco

legal, o planejamento institucional e o cotidiano do ensino, ampliando a previsibilidade, a equidade e a segurança pedagógica no atendimento às necessidades educacionais de estudantes com deficiência. Como resultado, pretende-se reduzir a dependência de iniciativas individuais e fortalecer a acessibilidade como princípio estruturante dos projetos pedagógicos.

No eixo da formação docente continuada, espera-se a qualificação progressiva de professores e técnicos para o desenvolvimento de práticas alinhadas ao modelo social da deficiência e aos princípios da educação inclusiva. A criação de um programa permanente de formação tende a contribuir para a superação de barreiras atitudinais, para a ampliação da compreensão sobre adaptações pedagógicas e avaliativas e para o fortalecimento de uma cultura institucional mais sensível à diversidade e à equidade.

De forma integrada, esses resultados visam fortalecer a capacidade institucional da UFC de planejar, implementar e acompanhar políticas de acessibilidade de maneira sistemática e sustentável. Ao concentrar-se nesses três eixos estratégicos, o plano busca assegurar que as ações propostas produzam impactos estruturantes, contribuindo para a promoção do acesso, da permanência e do êxito acadêmico de estudantes com deficiência no ensino superior.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Plurianual de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará (2028–2032) constitui-se como um produto técnico orientado à transformação das diretrizes legais e institucionais de inclusão em ações planejadas, integradas e passíveis de monitoramento. Fundamentado em diagnóstico institucional consistente e em análise documental sistemática, o plano responde a lacunas estruturais identificadas na governança da inclusão, na ausência de diretrizes formais de acessibilidade curricular e na insuficiência de formação docente continuada em educação inclusiva.

Ao propor ações organizadas por meio da matriz 5W2H, o plano supera abordagens genéricas ou declaratórias e estabelece um encadeamento lógico entre problema, ação, responsabilidade e resultado esperado. Essa estrutura favorece a clareza operacional, amplia a transparência da gestão e contribui para a incorporação da acessibilidade como componente permanente do planejamento institucional da UFC, e não como iniciativa isolada ou reativa.

A centralidade conferida à governança da inclusão permite fortalecer a articulação intersetorial e a responsabilização institucional, reduzindo a fragmentação das ações e ampliando a capacidade da universidade de planejar, executar e avaliar políticas de acessibilidade de forma sistêmica. De modo complementar, a institucionalização da acessibilidade curricular representa um avanço no sentido de alinhar práticas pedagógicas ao marco legal e ao modelo social da deficiência, conferindo maior previsibilidade e equidade ao processo formativo. A formação docente continuada, por sua vez, é compreendida como eixo estratégico para a superação de barreiras atitudinais e para a consolidação de uma cultura institucional comprometida com a diversidade e a justiça educacional.

O plano também se apresenta como instrumento alinhado às exigências contemporâneas da gestão pública e às diretrizes nacionais mais recentes, em especial à Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e à Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Ao articular planejamento plurianual, monitoramento e formação, o documento reforça o papel da universidade pública como promotora de direitos e como agente ativo na redução das desigualdades educacionais.

Por fim, destaca-se que o Plano Plurianual de Acessibilidade da UFC (2028–2032) não se encerra como produto final, mas como ferramenta de gestão em permanente construção. Sua efetividade dependerá do compromisso institucional com a implementação das ações propostas, da disponibilidade de recursos e da capacidade de avaliação contínua. Nesse sentido, o plano oferece uma base técnica sólida para orientar decisões futuras, apoiar a revisão de políticas institucionais e contribuir para o fortalecimento de uma universidade mais acessível, inclusiva e socialmente responsável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 dez. 2025.

CARNEIRO, Tatiana Rodrigues; MOLINA, Karina Soledad Maldonado. Planos de desenvolvimento institucional: um diálogo com a inclusão educacional de pessoas com deficiência. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 12, nº 3, p. 1057-1076, set./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68130>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/download/68130/36370>. Acesso em: 18 dez. 2025.

COSTA, Joana Maria de Moraes; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 36, p. 1-21, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698208179>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kfPzhmPC3rCWMrDYm7LvSvf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2025.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

GOMES, Felipe Peixoto. **Dos planos institucionais ao "nada sobre nós sem nós"**: avaliação das políticas públicas de inclusão dos estudantes com deficiência na Universidade Federal do Ceará (2013-2022). 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/77425/5/2023_dis_fpgomes.pdf. Acesso em: 718 dez. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MOORE, Mark H. Public value accounting: establishing the philosophical basis. **Public Administration Review**, United States, v. 74, n. 4, p. 465-477, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/puar.12198>. Acesso em: 18 dez. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SEBRAE. **5W2H**: o que é, para que serve e por que usar na sua empresa. Brasília, DF: Sebrae, 2025. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/5w2h-o-que-e-para-que-serve-e-por-que-usar-na-sua-empresa>. Acesso em: 18 dez. 2025.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.